

ALGUMAS NÓTULAS QUOTIDIANAS

por

Vítor Oliveira Jorge

Mais ou menos regularmente, utilizo o *facebook*, como antes utilizava um blogue (*trans-ferir*), para anotar alguns pensamentos ocasionais que julgo poderem vir a ser úteis, a mim e a outrem, como tópicos muito genéricos para outros desenvolvimentos e debates.

Deixo aqui algumas dessas notas, com o objectivo de lhes dar uma audiência maior, como convites ao diálogo, e, embora concedendo-lhes assim um carácter mais perene, nunca deixando de assumir a sua modestíssima condição de simples sugestões para hipotético desenvolvimento ulterior, em termos problemáticos; mantenho pois o seu tom coloquial e o seu modo “circunstancial”, e opinativo.¹ Estão organizadas da mais antiga para a mais recente, datando de 2016 a 2019.

I

POR UMA REINVENÇÃO DE UM PENSAMENTO DO “COMUM”, COMO FORMA DE TENTAR AINDA EVITAR O COLAPSO GLOBAL (2016)

Foi concluído recentemente um ciclo de três colóquios designado TEMPOS DE CREPÚSCULO II — QUANDO A CORUJA DE MINERVA FINALMENTE LEVANTA VOO — em colaboração com a Câmara Municipal de Loures, no Centro de Documentação Anselmo Braamcamp Freire, ligado ao Museu Municipal da Quinta do Conventinho. Abarcaram este ano 3 temas em três sábados diferentes: Cultura e animação cultural; paisagem como património; mobilidade e viagem. Em cada tarde (de sábado) falaram três oradores convidados. Seguiu-se sempre um debate muito interessante, estando tudo publicado em vídeo, e sendo notório o interesse da autarquia nesta iniciativa.

O meu objectivo pessoal destes colóquios é colaborar em esforços levados a cabo por diferentes agentes locais (incluindo responsáveis autárquicos) de criação e fixação de uma comunidade de cultura crítica em Loures, concelho periférico de Lisboa, em parte rural, em parte urbano, em parte “bairro dormitório”, com o objectivo de contribuir, se bem que modestamente, para desenvolver essa comunidade, num exercício democrático de “ouvir as pessoas”, de “pensar em comum com as pessoas”, e, sem demagogia nem qualquer espécie de elitismo, debater os grandes temas contemporâneos.

¹ Essas opiniões e posições assumidamente subjetivas apenas, evidentemente, a mim pessoalmente “comprometem”, como cidadão “engajado” na tarefa do conhecimento lúcido, que é sempre uma responsabilidade, antes de tudo, individual.

O título destes debates baseia-se na bem conhecida frase de Hegel da retroatividade do conhecimento — só depois do acontecido, “*après coup*”, digamos, se conhece como necessário o que antes se apresentava como contingente — todo o conhecimento é pois, em última análise, retroativo — é essa a “filosofia”, inspirada em Zizek (autor que admiro muito), e em geral nos neo-lacanianos, que me anima pessoalmente a contribuir para esta iniciativa.

É um esforço que se insere, pois, na ampla questão do “pensamento crítico contemporâneo”, adaptado à escala local e de pequenos grupos de reflexão, com interlocutores muito diversificados. A ideia é a de que no local não se pode apenas tratar do que é local ou importar de fora eventos ou contributos importantes pontuais, mas importa construir localmente, democraticamente, de base, com radicação, condições e momentos de reflexão que se poderiam fazer em qualquer outro sítio, com qualidade e com participação aberta. De notar que há o perigo de o próprio “pensamento crítico” ser reapropriado pelo pensamento corrente, banal, convencional, conservador, como sua parte, e não como algo exterior que o contesta.

Num contexto mais vasto de interesse pela modernidade e contemporaneidade, e em particular em articulação com a minha mulher, Florbela Estêvão O. Jorge, tenho-me começado a interessar nos últimos anos pela fase de transição do século XVIII para o século XIX, e em particular pelo período napoleónico. Todavia, sou ainda iniciado nesse assunto. A ideia nuclear é integrar as chamadas invasões francesas num panorama problemático muito vasto, da “era das revoluções”, como lhe chamou Eric Hobsbawm, pensando a extrema fragilidade de Portugal como pequeno país permanentemente ameaçado, ora pelo seu isolamento como um pequeno troço de território europeu junto ao mar, com o gigante espanhol ao lado (tendencialmente ambíguo), ligado à cultura francesa, mas debaixo da “mão” inglesa, muitas vezes como um autêntico protetorado, numa situação inédita de ter a corte em fuga precipitada para uma colónia, enfim, uma posição de extrema fragilidade que culmina com a ideia submissa do “bom aluno” dos últimos anos, completamente sujeito aos ditames dos países dominantes da Europa. Pensar as vicissitudes dessa situação...

De qualquer modo, aquela transição de século é a época de Hegel e do chamado “idealismo alemão”, o qual, para um autor como Zizek, é o ápice moderno do pensamento europeu, só comparável à “revolução” filosófica da antiga Grécia. Na verdade, obviamente, é também a época do triunfo da burguesia e do dismantelamento dos resquícios de feudalismo, o que me interessa na perspectiva do materialismo dialéctico e de um pensamento que imagine uma sociedade pós-capitalista, ou seja, um possível novo período de transição, que obviamente terá características inéditas, e decerto já está a acontecer, com a desagregação progressiva do “Estado social”. Sei que o tema é muito ambicioso, mas é isso mesmo que me interessa mais neste momento.

Estou convencionado de que se continuarem as tendências atuais, ao nível da Europa e ao nível global, se não houver algo (nunca será um evento isolado, do tipo revolucionário de outrora, obviamente) que altere o curso da história (na verdade, eventos que anunciam algo de novo — e preocupante mas também com tímidos sinais de esperança — já estão a acontecer e parecem reveladores de uma crise do capitalismo, que vive dessas crises para se reforçar, é certo, mas que desta vez pode ser mesmo mortal, embora arrastada...), do modo como o mundo se perfila, podemos vir a caminhar para um abismo irreversível, sob todos os pontos de vista. Não é preciso ser muito informado para ver os sinais disso.

Daqui o meu interesse pela história recente, pois sendo licenciado em História numa época em que estas questões não se estudavam (1972) falta-me imenso um conhecimento

dos processos complexos que deram origem ao mundo que Kafka, por exemplo, caracterizou bem, e que é aquele em que vivemos hoje quotidianamente, numa burocracia asfixiante e mortífera, apoiada em meios informáticos, absolutamente atentatória da dignidade e felicidade humanas. Esta é um linha de história politicamente engajada, digamos... a que me interessa, mas ainda se encontra muito embrionária nos meus conhecimentos e reflexões... necessito de muito estudo. Mas, pelo menos, sei a minha ignorância, sei por onde posso tentar colmatá-la, o que talvez já seja algo de positivo...

Ando a estudar Filosofia, História, Antropologia, mas encaro a hipótese, se tiver saúde e energia, de para o ano poder também consagrar-me mais à filosofia de Marx, Hegel, Zizek, etc., e tentar estudar e eventualmente aprofundar os meus conhecimentos da história do capitalismo (em geral, não apenas em Portugal, pois nunca fui nem sou um historiador de arquivo propriamente dito: interessa-me a síntese). Na verdade, sempre fui e sou um proletário, no sentido moderno do termo (não exatamente na acepção que lhe deu Marx). Um proletário no sentido de que tudo o que tenho é a força (da minha vontade) de trabalho, e o privilégio — esse sim — de ter podido acumular alguma bagagem que me permite orientar-me no estudo. Mas sou um proletário porque nada possuo a não ser alguns livros e dispositivos que me permitem estudar e tentar construir ideias claras e lúcidas, contra o senso-comum e a acomodação a que nos querem reduzir os sistemas maquínicos.

Portanto, pode dizer-se em síntese que o que me interessa é pensar criticamente a antropologia, no sentido geral, porventura filosófico, por forma a perceber como é que a história recente desemboca no mundo neoliberal moderno, o qual, após as tragédias do século XX, e baseado hoje num controlo inédito dos indivíduos e organizações, mostra mais que nunca o papel da luta de classes, mas de um modo extremamente sofisticado, que parece desembocar numa fase pós-humana, isto é, em que tudo o que pensámos até hoje para caracterizar o humano e como horizonte de emancipação se desvanece perante as máquinas aterradoras da guerra, do terrorismo, da generalização das mafias, do capitalismo dito de casino, enfim, de uma corrupção generalizada, que não é periférica, ou mal curável, mas é, creio, inerente ao próprio sistema em si.

Um meu colega inteligente citava no início de uma intervenção a frase de um filósofo alemão que era esta: "o homem é o ser que hesita". Há vários séculos, de facto, que nos interrogamos de maneira obsessiva sobre o que é o ser humano, o que é que afinal o distingue. Ora estamos hoje a não ter meios, nem tempo, nem espaço, para hesitar — transformados em seres maquínicos. E isso é aterrador, porque acontece mesmo ao nível das universidades, totalmente deterioradas pela massificação e por Bolonha, etc., etc. As entidades que deviam produzir saber, investigação fundamental, conhecimento inquieto, estão instrumentalizadas na preparação de robôs para um suposto mercado de trabalho que cada vez se encurta mais, que cada vez o Capital substitui mais por máquinas.

Aqueles que ainda têm tempo para pensar têm o dever cívico e ético de pensar, de parar para pensar. Não agitar slogans e desatar aos gritos, adoptando soluções repetidas, tornando-se presa fácil da risota ignóbil dos tecnocratas, hedonistas ligeiros, arrivistas de todo o tipo que por toda a parte pululam. Apenas tentando, com outras pessoas, continuar a ser uma pessoa, dia após dia, numa luta tenaz contra a mediocridade que, como horizonte, todos os dias tenta traçar, no mais íntimo dos nossos sentimentos, desejos, e ações rotineiras, a nossa demarcação sufocante.

Mai de 2016, Loures

II

SOBRE A TOXICIDADE E A COMUNIDADE POR VIR (2017)

Como é bem sabido, nos anos 30 do século XX, o pensamento capitalista começou a desenvolver novas possibilidades de resolver as “crises” intrínsecas ao seu sistema. Uma dessas possibilidades foi a neoliberal, hoje dominante, e que se viria a consolidar no Colóquio Walter Lippmann, de Paris, em 1938, organizado por Louis Rougier, colaborador do governo de Vichy. Conhecidos ideólogos desta “solução” (alternativa tanto em relação aos ensaios nazi-fascistas, como às democracias formais típicas do mundo burguês — “Estado social” —, nomeadamente no pós-guerra) foram o alemão Rustov, o austríaco Hayek, etc., juntando-se também a todo este “ovo da serpente” a criação em 1947 da “The Mont Pelerin Society”, à qual se ligou, por exemplo, o filósofo Karl Popper. Era todo um programa anti-keynesiano, anti-soviético, anti-progressismo terceiro-mundista. Basicamente tratava-se de fazer face, radicalmente, a qualquer veleidade de socialismo (ou seja, de democracia no seu sentido mais amplo). Nesta corrente tornou-se dominante, a partir dos anos 60, a chamada Escola de Chicago, com a figura “carismática” de Milton Friedman à sua frente. É este programa ideológico que vai sustentar toda a teoria e prática do neoliberalismo, desde Thatcher, Reagan, terceira via do Labour com Blair, etc., num ataque muito violento aos direitos laborais e sindicais, e, por extensão, na erosão da própria classe média, ataque esse consubstanciado ultimamente nas políticas europeias dominadas pela financeirização, e impostas aos países do Sul do continente, como Portugal. Trata-se de uma forma inédita de concentração do capital, em que a “austeridade” e a ideologia culpabilizante da “dívida” são criadas e impostas por entidades superiores aos estados, para, basicamente, extorquir às populações o seu rendimento concentrando os benefícios numa minoria. Aspectos mais moderados deste programa, ou até as suas próprias oscilações (é bem conhecido o carácter adaptativo e dinâmico do capitalismo) não chegam para esconder aos olhos de cada vez maior número de pessoas que o sistema neoliberal não é um sistema “amigo” delas, da sua qualidade de vida; é antes um sistema tóxico, produtor de crises e de catástrofes, as quais são inevitáveis.

Como imaginar uma solução para tão sistémico e globalizado problema? Não existe uma solução: essa inexistência é precisamente uma das suas características: o fechamento do horizonte das alternativas.

Apesar disso, a obscenidade do sistema, corporizada nas “maneiras” de proceder (e temíveis consequências) de muitos líderes, é patente; também existe ainda a possibilidade de pensar, para algumas pessoas que têm tempo para isso. Essas pessoas têm uma responsabilidade acrescida. Perder o medo de pensar serena mas radicalmente para fazer face, e aproveitar brechas, antes de tudo ao nível da consciência alienada dos cidadãos, em que se apoia um sistema totalitário de cariz novo, porque radicalmente doentio e anti-humano, dispondo de sistemas de entretenimento e adormecimento dos afectos colectivos como nunca até aqui se tinha visto, e que nos pode conduzir à catástrofe global. Nunca foi tão importante como hoje pensar, abrir os olhos, fazer ver. Pois a insatisfação de muitos, sem objetivo nem ocupação, leva-os precisamente ao desespero perigosíssimo do despeito, da depressão, do suicídio, do terrorismo, do radicalismo das ações criminosas, que são hoje uma fonte de inquietação permanente, de mal-estar, desconforto, insegurança, corrupção, suspeita mútua, etc. O neoliberalismo cria a fragmentação dos indivíduos, pois que um dos seus inimigos é

a noção de comunidade. O neoliberalismo é a outra face de todos os restantes extremismos, incluindo o terrorismo urbano, que pode explodir em qualquer lado e em qualquer lugar. Ninguém está seguro neste mundo agressivo, extremamente maquínico. Alguns invocam o “humanismo”, ou o regresso a uma política mais distributiva, não vendo que isso é hoje em dia, a prazo, praticamente impossível, que essas visões da realidade foram ultrapassadas pelo pensamento e prática capitalistas globalizadas, que a própria religião não passa de uma organização piedosa, mas que nada pode fazer de estrutural pelas pessoas, a não ser dar-lhes um conforto moral temporário que vai permitindo, nas suas costas, a progressão do cilindro compressor... e assim, perversamente, dizendo ou denunciando por vezes coisas importantes, vai em larga medida sendo cúmplice de uma situação opressora e injusta.

Este o imperativo ético do presente. Acordar, fazer o esforço de pensar. Escolher muito bem as fontes de informação e tentar atuar. Não se trata de enfrentar uma realidade global com as mesmas armas que ela tem, e são poderosíssimas, tanto as visíveis como as invisíveis.

Trata-se de criar comunidade. Porque a maior parte das pessoas são generosas quando chamadas pelas circunstâncias que pedem solidariedade. Mas são atitudes pontuais. Em pano de fundo persiste a ideia de “cada um por si”, que tanto leva alguns à glória, muitas vezes súbita e fácil, como a maioria à progressiva deterioração da dignidade humana, à des-subjetivação total.

Trata-se de tentar fazer perceber que é preciso uma sociedade não voltada para o lucro, para a posse, para o êxito individuais, mas tudo ao contrário, uma sociedade que se mova pelos valores da cultura, da educação, da partilha, da hospitalidade, da felicidade, do bem-estar, que não passa pela posse de bens, mas pela posse de uma consciência tranquila. Utopia? Sim. Mas uma utopia motivadora de um possível mundo salvador, ou menos criminoso, mais saudável, versus uma outra utopia, em que estamos imersos, e nos conduz à desgraça.

Junho de 2017, Loures

III

A PROPÓSITO DE AGAMBEN, BENJAMIN, E A HISTÓRIA (2017)

“(...) pois chegou o momento de acabar com a identificação da história a um tempo concebido como processo linear e contínuo; por esta razão mesmo, chegou o momento de compreender que a dialéctica pode ser uma categoria histórica sem cair por isso no tempo linear. Não é a dialéctica que deve adaptar-se a uma concepção pré-existente e vulgar do tempo; pelo contrário, é uma tal concepção do tempo que deve adaptar-se a uma dialéctica verdadeiramente libertada de qualquer “abstração”.

GIORGIO AGAMBEN²

² “Enfance et Histoire. Destruction de l’Expérience et Origine de l’ Histoire”, Paris, ed. de 2002 de Éd. Payot et Rivages, p. 215.

No texto de onde provém esta citação (“O Príncipe e o Sapo. O problema do método em Adorno e Benjamin”) Agamben “defende” Benjamin de uma crítica fortíssima que lhe fez o seu amigo Adorno a propósito de um texto de Benjamin sobre Baudelaire. Há aqui, neste texto de Agamben, uma mescla de coisas muito interessantes (como tudo o que o autor escreve) mas ao mesmo tempo temos de estabelecer as nossas distâncias em relação a este discípulo de Heidegger e à sua incompreensão de Hegel — se é que é permitido a um intruso na filosofia como eu afirmar isto. A questão é a velha problemática marxiana da relação entre a superestrutura e a infraestrutura, e da mediação entre as duas através de um princípio global, advogado por Adorno, enquanto que, pelo contrário, Benjamin se situa do lado da coincidência de ambas na praxis, da sua indissociabilidade, que também Agamben defende. Neste sentido tem evidentemente razão. O que há de comum a Adorno e Agamben, parece, é uma já muito antiga incompreensão de Hegel, que evidentemente ambos conhecem muito bem, mas isso não impede — pelo contrário, o “conhecimento profundo” é muitas vezes posto ao serviço de uma leitura enviesada — que, aos olhos do que ultimamente tem sido aclarado por inúmeros autores sobre Hegel, apareça como um erro fatal.

Dito isto, este livrinho de Agamben (original italiano publicado em 1978) é absolutamente precioso sobre a questão da história, mau grado (parece) nunca os historiadores — em Portugal sobretudo — lhe atribuírem grande importância.

No mesmo ensaio (capítulo do referido livro), na página anterior (214), há um maravilhoso trecho que se aplica à arqueologia *tout court* (quer dizer, arqueologia dos arqueólogos) (Agamben, como já Benjamin, são pessoas muito atentas à filologia, a uma espécie de arqueologia das palavras/conceitos, mas desta vez à maneira de Foucault). Veja-se:

“Nos monumentos e escombros do passado, algo nos contempla que parece designar, de modo quase alegórico, um sentido escondido: não é um resto da superestrutura ideológica que se trataria, para o tornar compreensível, de reportar, através de um paciente trabalho de mediação, à estrutura histórica que o determinou; pelo contrário, o que se encontra perante nós é a própria praxis, enquanto estrutura histórica e monádica³, que se cinde à medida que a história se torna natureza (tal como, na obra, se dissociam conteúdo coisal e conteúdo de verdade⁴) e que se apresenta enigmáticamente como natureza, como paisagem petrificada, à qual se trata de dar vida.”

Dando a imagem de uma pira funerária, o alquimista (correspondente ao crítico) perspectiva-la-ia como apenas um conjunto de madeira e cinzas; o químico (correspondente ao comentador) vê-la-ia antes como a chama que lhe deu origem e continua viva, ativa.

Agamben considera esta dualidade a versão benjaminiana da dicotomia infraestrutura-superestrutura, que formam uma unidade indissociável, sem mediação.

³ No sentido de Leibniz, mónada = substância simples, não decomponível em partes.

⁴ Benjamin distingue na obra de arte o “conteúdo coisal” (objecto de análise do comentador) do “conteúdo de verdade” (objecto de análise do crítico). Unidos na obra de início, os dois conteúdos tendem a separar-se com o tempo um do outro. O conteúdo coisal é o que na obra “espanta e despaisa”, nas palavras de Benjamin, citadas por Agamben (*op. cit.*, p. 212); é, por assim dizer, a sua aparência ou base material; o conteúdo de verdade, por sua vez, é o que está para além disso, e na obra continua, por assim dizer, vivo, apelativo.

Como sabemos, versões mais modernas do marxismo interpretaram esta questão de modos muito diversos. O próprio Marx é mais subtil do que o simples esquema “estratigráfico” infra/super-estrutura parece pressupor.

Por outro lado, um hegelianismo renovado poderia aportar aqui dados importantes, que Zizek por exemplo sublinha à exaustão, para ultrapassar esta velha problemática... nesse sentido, Zizek (e muito do pensamento recente sobre Hegel) está muito para lá destas aporias. Creio...

Aliás, mais em geral, é da incompreensão da inspiração marxiana e lacaniana que resulta algum carácter por assim dizer impotente da filosofia atual que se pretende herdeira da esquerda ou que de algum modo aí foi colher parte da sua inspiração, impotência aliás em perfeita sintonia com a confusão instalada pelo neoliberalismo e pós-modernismo, que se refletem muito pragmaticamente nas loucuras que observamos ao nível da política internacional, em que grandes líderes parecem, a não haver um mínimo de bom senso, estar a produzir mesmo o nosso fim colectivo. Tal confusão acompanha-se em filosofia da vinda à ribalta de figuras que apenas querem sobressair mediaticamente, qualquer que seja a “profundidade” do que pensam; veja-se casos abundantes em França, por exemplo, e que escuso de nomear.

Junho de 2017, Loures

IV

MUSEUS: UM ESQUEMA SIMPLES (2017)

Muito esquematicamente, e para quem nunca se abeirou destas questões, poderíamos considerar três tipos de museus, basicamente organizados por uma certa ordem cronológica:

Museu pré-moderno — essencialmente constituído pela coleção, obtida de forma aleatória, em que o que une os objetos uns aos outros é a personalidade, o gosto, as obsessões do colecionador. Elemento de prestígio e gosto pessoal, o museu é um repositório de curiosidades sobrepostas, de raridades surpreendentes, de provas de viagem e de conhecimentos exóticos ou esotéricos, de objetos estranhos ou raros da “natureza” ou da “cultura”, convivendo lado a lado. As peças podem estar identificadas pela sua origem, região, eventualmente data de obtenção, mas a sua disposição espacial não obedece senão a critérios qualitativos, subjetivos. É a sobreposição. Estes gabinetes de coisas raras e “maravilhosas” nobilitam quem os possui e pode mostrar aos seus convidados: o museu foi sempre (e ainda hoje é) um elemento de prestígio, ligado à canonização de objetos, frequentemente associada a um culto, a um fetichismo: poder ver de perto o diferente, mesmo que através de um vidro, ou mesmo poder tocar-lhe sensualmente, ter esse privilégio da manipulação, etc. Mas nesta fase o museu está muito ligado à experiência de uma pessoa e de uma elite, que se distingue pelo seu gosto pelas antiguidades, raridades, ou coisas exóticas e estranhas: trata-se de um processo de nobilitação pela posse do acessório.

Museu moderno — o museu moderno obedece a critérios totalmente diferentes, à racionalização pública e universal, tanto do espaço como do tempo. As coisas depostas

e expostas são para usufruto potencialmente de todos, ordenadas segundo taxonomias, cronologias, toda uma grelha que instaura um discurso universal de organização, de ordem estável. A coleção serve agora a identidade: de um país, de uma região, de uma atividade, etc. — serve para fixar essa ideia de conjunto e de essência. Mostrar, através de objetos, um poder que já não é o das curiosidades reunidas, mas o do domínio racional e imperial do mundo. O museu é um dispositivo de poder político. Ele fecha, canoniza, guarda e cuida do raro, do valioso, mas para o expor aos olhos do público maravilhado, dos cidadãos que ali reconhecem qualquer coisa de seu (ou do outro), ou seja, a confirmação de uma ordem, de uma estabilidade, de um progresso da história humana, assente num determinado território. Tudo devidamente etiquetado, contextualizado, hierarquizado segundo princípios racionais. O museu é, como a cidade com as suas lojas e montras espetaculares, um dispositivo de exibição, de encenação, ligado ao culto moderno da “Cultura” como elemento nobilitador e elevador social, da viagem, do domínio colonial, etc. Neste tipo de museu é fundamental a coleção permanente, que conta uma história, tem uma narrativa organizada que conforta, informa, e reforça o sentimento de pertença a uma comunidade, ou a um estado-nação, etc.

Museu pós-moderno — este museu desconstrói o anterior: a sua racionalidade é de novo a sobreposição, mas a sobreposição do contingente, do fluido. O valor é agora o que circula; a pós-modernidade detesta o fixo, o permanente, tal como desde sempre o capital: parado, não rende, antes fica em perda. É preciso substituir o programa identitário, permanente, por projetos que se sucedem, o modelo pela série. O museu pode manter uma coleção permanente de referência, que eventualmente o tornou conhecido como lugar de culto, mas não é tanto dessa aura e dessa contemplação silenciosa que multidões do turismo de massas vão à procura. A excitação substituiu o saber. O que importa é o novo (como nas televisões o “direto”...) a excitação juvenil do surpreendente. E vai-se de sensação em sensação, porque é o divertimento, e não a contemplação, que verdadeiramente interessam à sociedade hedonista. O museu torna-se lugar de eventos, de permanentes reformulações, de identidades compósitas e fluidas, como as dos próprios indivíduos pós-modernos, capturados pelo consumo e pela ideia de escolha individual (a partir de um número calculado de combinatórias elementares, é claro). É a utopia da liberdade de escolha, que é sempre uma “escolha forçada” (não é esta a ocasião de desenvolver tal ideia). Cultura é tudo, e por isso há museus de tudo, mesmo do imaterial: o que importa é o espaço em si, destacado do mundo exterior, mas na realidade sendo, como sempre, o seu reverso. O que se vai ver não são só as peças, as instalações, mas também os outros que estão lá para ver, para circular. A figura do curador de exposição substitui, no seu protagonismo, o do antigo diretor ou do seu staff. Eles existem, mas cada exposição é por assim dizer uma obra de arte, uma performance, um evento, e é ela que atrai público, e portanto rende financeiramente em termos de bilheteira. O museu é uma máquina de fazer dinheiro. Lugar de eventos, preenche o seu vácuo através desta movimentação e mobilização constante dos indivíduos.

Julho de 2017, Loures

V

PROBLEMAS BÁSICOS QUE SE NOS PÕEM, HOJE (2017)

Na vida corrente, impera o senso comum: sem ele não é possível as pessoas entenderem-se no dia a dia, atuarem num quotidiano que exige uma série de consensos.

O campo próprio da política é o de cada força (cada conjunto mais ou menos organizado de interesses) tentar obter a hegemonia, ou pelo menos a predominância sobre as restantes, na esfera pública (deixemos por ora a privada, onde se refletem muitas lutas também).

Se essa força é democrática (no sentido radical, isto é, abrangente, dando a todos um estatuto igual de base) tenderá a voltar-se contra toda a forma de privilégio, seja qual for a sua justificação. Como justificará então as diferenças sociais existentes, que visa (utopicamente dirão muitos) atenuar ou em última análise eliminar? Por diferenças de mérito. Uns merecem ter maior proveito do que outros, devido ao seu mérito próprio. Porém, a falácia desta ideia logo aparece quando pensamos que o mérito não é uma realidade universal abstracta, mas se verifica em indivíduos concretos. Ora, numa sociedade de classes (acentuadas diferenças sociais desde a nascença) é impossível isolar o puro mérito como elevador e equalizador social, porque como é óbvio a montante do mérito existe uma infinidade de diferenças que o condicionam. Por outro lado, mérito em quê, para quem, com que objectivos? Quem define isso? Obviamente que estamos perante um problema político, quer dizer, a norma, a lei, o dever, o bem, o mérito, etc., e o que deve ser o que é a realidade social — isso tudo resulta da produção de um conjunto de pessoas, organizadas em grupos profissionais e de interesse, que estabelecem, na sociedade de classes, as regras a que as classes com menos privilégios ou capacidades económicas, sociais, culturais, devem submeter-se. Por isso todo o Estado é uma organização indispensável (para se não cair na anarquia) mas, ao mesmo tempo, sempre inquinada a favor dos já privilegiados, ou seja, das classes no poder, no conjunto de interesses mais ou menos hegemónicos.⁵

Como pode esta situação — que, para uma pessoa com formação “progressista”, é errada, é anómala, por estabelecer e perpetuar um regime de desigualdades e de injustiças — ser alterada? Esse é o problema fundamental da política. Que envolve sempre a ética, evidentemente.

A posição conservadora consiste em negar que alguma vez esta situação possa ser alterada. Está resolvido, é simples desde que se creia nisso. A maior parte das pessoas tende muitas vezes para esta ideia acomodatória. Sempre houve senhores e servos, gente mais capaz e outra menos, as desigualdades são inerentes ao que consideram ser a natureza humana, de modo que o melhor é não mexer muito no que está, porque pode despoletar violência e mesmo estabelecer situações de pânico público ou terror. Daí que a palavra revolução seja, para uma pessoa que partilhe uma ideologia de direita, aterradora. Todavia, o capitalismo tem feito sucessivas revoluções, sendo a última a neoliberal, que revela bem a sua natureza amoral intrínseca: o que importa é ganhar dinheiro (a acumulação do capital é a sua lei e o seu motor); naturalmente, para o discurso politicamente correto,

⁵ Sabemos isso desde há muito. Não há aqui o espaço para voltar a lembrar a importância da tríade família, propriedade, Estado (nomeadamente a propriedade privada dos meios de produção) que estrutura a sociedade burguesa moderna.

esse ganho deve ser feito de forma lícita, ou seja, de acordo com as leis estabelecidas pelo próprio sistema que delas se serve. Mas todos sabemos que esta ideia amoral de que o valor supremo é o dinheiro como mercadoria suprema (porque trocável por todas as outras mercadorias) produz, ela própria, corrupção de todo o tipo: formas de obter e aumentar capital que procuram estar à margem das obrigações cidadãs, como se vê desde logo e por exemplo pela utilização de “*offshores*” para depósito de valores financeiros que se furta às obrigações fiscais normais. Valores “astronômicos”, como toda a gente sabe. Ora, como pode um sistema reivindicar ética se ele próprio se baseia numa atitude que fomenta precisamente toda a sorte de mafias e de ocultações, para além de ser também ele que define as leis que permitem essas “fugas” ao sistema?...

A posição oposta à conservadora, e de modo sempre muito esquemático e portanto simplista, tem-se dividido em duas.

Ou é pelas reformas, no fundo aceitando o *status quo*, mas procurando pouco a pouco, e sem alarme social, ir introduzindo mudanças que permitam uma maior redistribuição da riqueza e justiça, enfim, de todos os factores de bem estar social e de paz. Um senso comum que nos permita viver a todos com um mínimo de dignidade, sem suscitar revoltas ou repressões de monta, que desorientam a ordem pública e são factores de inquietação. Ninguém gosta de viver inquieto, de modo que aceita as regras de que as desigualdades, se não forem exageradas, são suportáveis pela maioria não privilegiada, que apanha, por assim dizer, as migalhas do grande bolo. Esta solução tem sido a do Estado social, ou seja, a da social-democracia, que se implantou em alguns países do Ocidente após a segunda grande guerra mundial.

Ou, em alternativa, existe uma posição emancipatória não reformista que defende (ou sonha com) a ideia de um evento que altere radicalmente o estado de coisas, o que habitualmente se designa revolução, sem que porém se veja hoje qualquer possibilidade de tal acontecer neste campo, dado o aparato bélico, repressivo e informativo que detêm os Estados, e as organizações internacionais em rede, aparato altíssimamente sofisticado. O que tem havido, sim, é uma revolução capitalista, a partir do último quartel do século XX, no sentido da desmontagem do Estado social e de implantação do neoliberalismo, uma forma avançada de capitalismo, em que este não visa em última análise redistribuir ao Trabalho uma parte pequena do Capital que aquele produziu, mas antes concentrar numa minoria de entidades a maior quantidade possível de capital e reduzir (através das máquinas, computadores, inteligência artificial, etc.) o mais possível os custos do trabalho, ou seja, os custos das atividades dos seres humanos, com o conseqüente aumento dos excluídos, que cada vez mais engrossam a multidão dos desempregados, dos que nunca tiveram ou terão emprego, isto é, dos descartáveis, dos excedentes.

Ou seja (e o senso comum parece ir aceitando isto, e apenas ou ir sublimando em declarações piedosas das “igrejas”), a grande maioria da população mundial tornou-se excedentária, está a mais, o melhor seria não existir, mas, a existir, o ideal será ir desaparecendo. Uma ideia que, para muitos, confrange, mas com a qual, cinicamente, hipocritamente, todos vamos vivendo: porque o pós-moderno, o adaptado à sociedade neoliberal globalizada, é basicamente hipócrita. Individualista ao máximo, retraído sobre si. Ele sabe que algo está fundamentalmente errado, mas... paciência, importa é tentar ir vivendo o melhor possível. Há um sentimento generalizado de impotência (e por isso andamos todos agarrados a telemóveis como tábuas de salvação identitária e securitária, e de pretensa evasão da violência simbólica envolvente). Um senso comum acomodaticio e conservador, dominado pelo medo

de discordar (no essencial, atitude que é aliás compensada no acessório, por emissão de opiniões mais ou menos gratuitas ou desinformadas a toda a hora, por todo e qualquer um ou qualquer uma). Um espaço público cheio de ruído, narcotizado pelos media, e onde, no silêncio tranquilo e confortável dos “*think tanks*”, alguns “*experts*” de alta craveira intelectual vão orientado os líderes e tentando fazer previsões e obter ganhos num mundo cada vez mais perigoso e imprevisível. Onde o choque dos blocos mundiais está cada vez mais acirrado.

O que importa a muitos que ainda não caíram no sub-humano é que tudo continue na mesma, rezando bastantes deles pelos mais diversos modos, nos mais diversos templos, enquanto o terrorismo prolifera, sempre imprevisível, a vigilância e desconfiança pública aumenta, as notícias dos telejornais (em nome da chamada transparência e do denominado direito de informar) parecem relatórios de crimes e catástrofes de todo o tipo (que de facto ocorrem, mas cuja narrativa habilidosamente encadeada serve os fins dos poderes instalados), e estamos perante o perigo, cada vez maior, real, iminente, de uma guerra nuclear global, que representará o fim da humanidade.

O que sobretudo é importante é não pensar em mudanças radicais no sentido da esquerda, quer dizer, no sentido da democracia radical. Isso foi coisa do passado, tradições como a da Revolução francesa, Revolução do Haiti, Revolução bolchevique, todas mais ou menos desembocaram em regimes de terror que há que evitar a todo o custo. É para esquecer, ou para estudar como fenómenos históricos completamente ultrapassados no tempo. E no entanto, tivemos em Portugal ainda há pouco tempo a “revolução dos cravos”, a contraciclo, e sobre a qual há as mais variadas versões. Obviamente.

A filosofia parece por vezes voltar-se para certo modo messiânico (Benjamin, Agamben, que fala numa kairologia, tema fascinante, mas vago, demasiado abstracto para a rudeza e primarismo das forças/lutas em presença...) — um dia há de acontecer algo que nos redima a todos — ou então para um relativismo desconstrucionista que difere sempre a solução para depois (mas qual depois?...) (Derrida, se bem entendo), ou então refugia-se em casos particulares ou em relatos que nada de fundamental acrescentam (é preciso fazer curriculum, aumentar o capital intelectual pessoal, publicar), antes descrevem, tendo por vezes uma feição crítica interessante, mas sendo incapazes de visionar algo que esteja para além do neoliberalismo reinante, globalizado, tanto no espaço, como na imaginação das pessoas. São os manuais universitários ou escolares de todo o tipo, por vezes extremamente fastidiosos, os quais, em ciências sociais e humanas, compendiam muitas vezes conhecimento que serve de ecrã ao próprio conhecimento.

Não há alternativa, disse Thatcher. E pronto. Também há filósofos que pensam o evento (Badiou, Zizek, etc. — algo que não está nas previsões de ninguém, algo que depois de acontecer produzirá hegelianamente as suas próprias causas — e que pode, algo miraculosamente — ser uma versão laica do milagre? — ocorrer) e talvez tenham razão. A história tem-nos surpreendido muitas vezes, tem mostrado que a narrativa linear da mesma é uma das sustentações ideológicas mais puras do sistema. Uma sustentação frágil, contingente, arriscada, como tudo hoje em dia.

Perante este dilema, abismo apocalíptico (guerra nuclear, catástrofe ecológica que está em acelerada marcha há muito, etc., problemas graves com a propriedade intelectual, etc.) ou evento, é mais tranquilizante, para quem não esteja completamente narcotizado, pensar no evento. No evento redentor. É nesta linha que se situam pessoas de esquerda que ainda pensam que a humanidade pode atuar em termos de futuro. Aliás, pensar o pós-capitalismo, denunciar os erros estruturais do capitalismo, mostrar a sua irracionalidade,

já começada a desmontar por Marx, tornou-se hoje uma forma importante de aparecer na esfera pública e de apresentar livros que, não sendo “livros de aeroporto”, dão apesar de tudo a alguns autores impacto universal, ganho simbólico significativo. E a nós, os inquietos e insatisfeitos, algum conforto e bem estar intelectual, à falta de melhor. Por vezes mesmo intuímos que têm razão.

Perante este panorama, que fazer?... a pergunta repete-se, nunca igual, porque nunca se reportando à mesma realidade, mas trazendo consigo a velha aspiração do conjunto da humanidade: é possível ao ser humano viver com os seus semelhantes em paz, em segurança, numa ordem internacional que nos permita um futuro, que permita dizermos aos jovens algo que os tire da alienação em que na maioria se encontram (por refúgio), a tal sustentabilidade de que se fala todos os dias (mas sobretudo no sentido do status quo, é claro) ? É possível conceber uma sociedade baseada em valores comuns, universais — e portanto, no dizer de muitos como Alain Badiou, comunista, não ao modo soviético, bem entendido, pois sobretudo a partir de Estaline, esse regime se mostrou um falhanço radical —, é preciso admitir isso, compreender por exemplo as preocupações de Lenine nos últimos anos da sua vida, as quais aquele ditador que lhe sucedeu de todo não partilhava, é possível conceber, repito, um mundo ao modo sonhado por tantos, com distribuição dos recursos e preservação de patrimónios acumulados por milénios de história, nomeadamente a chamada cultura, bem supremo, nas suas formas mais sofisticadas, disponibilizando progressivamente o seu usufruto a todos?

É possível ainda pensar esta noção nobre entre todas: o COMUM? Respeitar o particular, o singular, mas em nome de valores universalizáveis?

Porque, o que afinal nos distingue dos animais é a Cultura, é o pensar, é a inquietação e não o comodismo hedonista e consumista, aditivo, não tenhamos medo de utilizar a maiúscula. E a Cultura, a educação de cada um e de cada uma no sentido alemão de *Bildung*, é o que redime o ser humano, o que lhe permite desenvolver o que de melhor ele potencialmente tem. E o que o ser humano tem de melhor é a generosidade, é a própria possibilidade de pensar e de sentir com o Outro. Os animais é que estão fechados em si mesmos, abertos apenas às determinações naturais.

Se isto que acabo de escrever for porventura motivo de sorriso ou mesmo de escárnio, se os hipócritas em que muitos de nós nos tornámos não se interessam por estas temáticas, ou as acham ingênuas, então o melhor é fecharmos os olhos, os ouvidos e a boca, e nem nos darmos ao trabalho, por exemplo, de comparar os discursos de ontem nas Nações Unidas por dois homens com responsabilidade: o Secretário Geral da organização, António Guterres, a tentar meter água na fervura, e ao seu lado o Presidente do ainda maior poder bélico do mundo, a prometer eliminar, mal possa, um país inteiro do mapa. Se isto — este contraste, esta ameaça sobre as boas intenções para toda a humanidade — não é em si mesmo algo assustador, então digam-me se faz favor o que o é, que mundo é este em que vivemos.

20 de setembro de 2017, Loures⁶

⁶ Para a minha querida irmã Margarida, que faz hoje anos.

VI

**A PROPÓSITO DO PROJETO DO CHAMADO “MUSEU DOS
DESCOBRIMENTOS”⁷ (2018)**

Sabemos como o museu é um dispositivo de poder, e portanto que qualquer polémica sobre um grande museu — num país que não tem (significativamente) nem um Louvre nem um Museu Britânico, isto é, não saqueou tanto quanto outros o património alheio — era não só inevitável, como saudável. Claro. Obviamente que “descobertas” ou se se quiser “descobrimientos” não é provavelmente a palavra mais apropriada, porque tem sempre uma conotação de superioridade: descobridores/descobertos. É óbvio que a sua substituição por multiculturalidade também tem sabor a paternalismo: fomos nós que vos descobrimos, mas agora estamos equiparados em valores, há uma relatividade das culturas e todas fazem parte do espólio comum da humanidade: mas somos nós que (pelo menos primeiro) reconhecemos isso.

Ou seja, um museu, sobretudo um grande museu da capital é SEMPRE um dispositivo político. Mas, que é que está fora da política? Nada. A história é um empreendimento todo ele político e deus nos livre de ter uma história totalmente “científica”, consensual, etc. — seria a história dos ditadores. O que há é evidentemente uma história mais ou menos honesta, mais ou menos crítica, mais ou menos documentada, não tenhamos vergonha de o dizer assim, uma história mais ou menos de esquerda e portanto mais informada por uma filosofia de emancipação e de desejável e estrutural igualdade humana, antielitista, etc.

Eu penso que Portugal devia ter — mas talvez já vamos tarde, pelo que se perdeu e pelo que se não tem dinheiro para resgatar — era um Museu do Mar, em todas as suas vertentes. Incluindo a de muitas fases em que, apertados por circunstâncias por vezes pouco dignificantes, como a fuga (não temamos o nome) da corte para o Brasil, etc. — nos tivemos de fazer ao largo oceano, como os pobres pescadores se faziam ao mar todos os dias com as suas ansiosas mulheres na praia a ver quando voltavam os barcos (se voltavam) com os maridos e o ganha-pão, o peixe. Hoje vêm também nas redes com os resíduos de plástico, e o próprio mar, como o sol, já não são o que eram... Podem ser tóxicos... porque destruímos o ambiente, e nisso persistimos a um ritmo assustador e em muitos casos já irreversível.

Se Portugal é alguma coisa, e é, há séculos, é uma costa, uma praia (imagino-a na minha infância, sem turistas nem betão) que, não podendo expandir-se para o Mediterrâneo, nem para o Norte da Europa (este desde cedo maioritariamente ocupado por “homens de negócios”, com mais jeito que nós para isso...) nem para o Norte de África — a não ser umas praças sacadas à “mourama” para servirem de bases logísticas —, encostado à presunçosa Castela, pelos vistos desde sempre vocacionada a oprimir outros povos da Ibéria, teve, ampliando a aventura arriscada dos pescadores, de se fazer ao temível mar. Muitos ficaram lá, muitos voltaram, muitos se aproveitaram desse novo mundo assim aberto pelos pobres que muitos portugueses eram e mais nada tinham, e tiraram disso grande lucro. Do que nos podemos orgulhar é desses destemidos “malgré eux”. A nossa relação com o mar, os barcos, o peixe, e os outros povos, pelo menos na fase inicial de contacto⁸ como testemunha a maravilhosa carta de Pero Vaz de Caminha, a nossa biologia marinha, etc., etc., disso nos podemos até certo ponto vangloriar.

⁷ E em diálogo com o meu amigo João Pedro Cunha Ribeiro.

⁸ Porque depois disso toda a fase colonial, a escravatura, etc., não é nada de que nos orgulhemos...

Devia de facto haver um grande museu em Portugal, assumidamente político qb, porque tudo o é, mas com uma política virada, claro, para a presença dos países e dos povos com quem, além-mar, nos relacionámos, sem estar sempre a bater nos peito mas também sem estar a pôr medalhas no nosso peito, porque fizemos muitas malfeitorias. Aquele equilíbrio sempre tão difícil e necessariamente polémico. Mas toda a sociedade é feita de polémica, e a de classes por inerência...

Este assunto, lançado pelo Presidente da Câmara de Lisboa, não sei se teve a assessora-lo um conjunto de cidadãos avisados (?). Mas é importante para Portugal. Para que a identidade nacional se não confunda apenas com o hino, a bandeira, o fado, os pastéis de Belém⁹ Fátima e Ronaldo, e algo mais de que não me lembro. Tudo isso tem a sua importância e valor para quem gosta, e temos de admitir essa diversidade de gostos, mas um grande museu da nossa história, quer dizer, do nosso "sabor a sal e a maresia"... e ao suor e sangue de tantos mortos e expatriados, de todas as proveniências, ah, isso era um grande empreendimento. Mas os políticos, mesmo de qualidade como o Presidente da Câmara de Lisboa Fernando Medina, que tem senso, é claro, querem deixar obra que marque o seu consulado. E aquele senhor tem feito e está a fazer genericamente um bom trabalho na cidade, aparentemente nada podendo contra a gentrificação de Lisboa, a invasão turística massiva, que também dá empregos e dinheiro, enfim, contra a expulsão, na prática, de milhares de pessoas (como eu por exemplo...) para as periferias, etc., etc.¹⁰

Há que repensar toda uma política de grande museus contemporâneos para perto da raia, como os há em Espanha: veja-se Badajoz, para já não falar em Mérida, veja-se Salamanca com a Domus Artis, veja-se León, etc., etc. Há que investir em grande logo que possível no interior e em coisas de grande qualidade, mesmo que de início sejam só para os mais cultos e endinheirados. Os outros virão atrás, nem que seja por imitação, moda, ou vontade de ganhar status. Há que ter a visão GRANDE que sempre faltou a Portugal, com a sua pequena arquitetura, com os seus pequenos espaços, com a sua pequenez em suma. Por isso chegamos a Mafra e ficamos deslumbrados — ao menos ali temos algo de uma dimensão que enche a vista e o espírito. O que parece desmesurado numa época é aquilo que tem valor nas seguintes... tanta vez assim acontece.

Mas ninguém é perfeito, e eu não estou dentro dos dossiers. Não disponho de informação para ter uma opinião abalizada. Nós precisaríamos de um grande museu onde nos (este nós é muitos e diversos, incluindo todos os povos que explorámos e martirizámos

⁹ A que já é difícil de aceder devido à fila de turistas compradores...

¹⁰ Sim, a recuperação da antiga feira popular é importante, aquilo era uma vergonha, não, a não extensão do metro à área metropolitana é uma miséria. Precisamos — quando haverá o dinheiro para isso?... de uma ferrovia decente e segura e logo que possível de um TGV que nos ligue (e as nossas mercadorias) à Europa, nossa casa comum, e de um aeroporto em Lisboa que seja decente: o que está é uma vergonha... Porque quando foram feitos tantos estádios, tantas autoestradas que infelizmente passamos a vida a pagar, certas obras de qualidade, houve meios... e quando se fez a Expo e a magnífica gare do Oriente, um monumento fabuloso, o próprio CCB, o próprio Museu dos Coches, fez-se bem. Requalificou-se Lisboa, como quando se requalificou o Porto com o Museu de Arte Contemporânea de Serralves, ou a Casa da Música, que transformou o Porto numa cidade moderna. Precisa de mais uma ponte, acho bem. O Museu do Côa, é bom, é no interior, devia ter mais apoio sustentado... etc. É importante, como importante foi a geminação com Siega Verde. Já agora, era preciso derrubar a ensecadeira da foz do Côa, a água ali está verde, é horrível de ver.

durante séculos) nos sentíssemos representados. Sem ocultar o bom, o mau, o assim-assim. Ouvindo as vozes das gentes, dos outros, dos que ainda podem testemunhar.

Esse não é um problema estrito de museus — como se costuma dizer da guerra, que é demasiado importante para ser deixada só aos militares... também os museus são demasiado importantes para serem deixados só aos museólogos — nem é um problema de Lisboa, cidade entre as mais belas do mundo por certo e que pertence a todos, é um problema nacional. Ao requalificar Lisboa, requalifica-se o país. Ao requalificar a ferrovia (urgente) requalifica-se o país. Ao valorizar o interior, muito urgente, valoriza-se o país. É Portugal no seu conjunto que precisa de ser todo ele repensado... mas por quem? Não podemos estar sempre à espera de D. Sebastião, ou de deus-pai-que-está-no-céu. E, na verdade, nada hoje em dia se confina como bem sabemos aos muros que muitos querem construir do antigo estado-nação. Tudo se interconecta... e por isso é tão difícil governar a nossa vida pessoal e colectiva, como bem sabemos. A vida é luta, e infelizmente a maior parte das vezes os melhores e as melhores ideias ficam no esquecimento ou nas gavetas dos burocratas e dos que de facto controlam, mais ou menos invisíveis, isto tudo.

Julho de 2018, Loures

VII

LINHA DE DEMARCAÇÃO (2019)

Atitude (ideologia) pós-moderna: tudo é relativo, pelo que em princípio se deve ouvir e respeitar todas as posições: há uma equivalência generalizada potencial de valores. Importância do diálogo, eliminação (fantasiada ou encenada) das hierarquias, igualdade de princípio (abstracta) de todos perante a lei. Esta ideologia corresponde a uma faceta da realidade capitalista do mercado: a decisão obtém-se por negociação, o natural é cada um empreender por forma a ser desde logo um empresário de si mesmo.

Claro que o Grande Empreendedor seria o robô que nunca falhasse um lance de jogo (objetivo da inteligência artificial e, de uma maneira geral, das pesquisas da ciência da mente, etc.).

O pós-moderno é a ideologia do neoliberalismo e o berço de todas as formas de autoritarismo e populismo e em última análise de formas modernas e sofisticadas de “fascismo” (que obviamente assumem e assumirão modos sempre surpreendentes e novos... atraentes para muitos...estamos para ver...).

Linha de demarcação: atitude oposta à anterior: é preciso escolher uma perspectiva, só uma. É muitíssimo difícil. Leva tempo, implica trabalho, e evidentemente estará sempre em remodelação, em aperfeiçoamento. Essa perspectiva é militantemente anticapitalista, mesmo que, como de facto acontece, na prática não saiba de momento como se pode reverter a perversão generalizada do capitalismo e sua mortífera e radical toxicidade, nomeadamente na forma neoliberal, que NADA respeita. Existe de facto uma doença mortal, a curto prazo, que atinge o planeta e a humanidade inteira, e não temos fármaco para ela. Todas as esquerdas até agora falharam na sustentabilidade de alternativas. Após escolhida (pelo menos nos seus princípios gerais) uma crença emancipatória (valorizando o comum, e não primariamente

o indivíduo na sua pretensa realização pessoal ou de família, grupo de interesses, classe, enfim, tudo o que divide e fragmenta o comum, ou seja, o objetivo global da humanidade, que é a paz, a felicidade, a partilha, a relação tão harmônica quanto possível com o Outro) tudo se perspectivaria em função dessa crença, desse objectivo.

Ou seja, mais em geral, a “verdade” é produto de uma perspectiva, surge DEPOIS da “escolha” da crença, ou da opção por uma crença. Não se pode fugir à escolha. A escolha, a decisão, é sempre um risco. Não há debate pós-moderno válido, porque é desprovido de sentido e não leva a qualquer resultado, apenas a uma entretenimento e manutenção do *status quo*, porque eivado de relativismo e de uma “tolerância” que afinal é um véu da alienação. Há sim, ou devia haver, é claro, estudo e ação em comum: e debate informado, livre e aberto, mas capaz de conduzir a uma solução que não seja apenas restrita a um grupo, ou país, mas tenha um valor universal. Porque o capitalismo é também um sistema de valores universal, globalizado, e tem uma extrema adaptabilidade, um extremo dinamismo. A lógica do capital funciona hoje em sistema perfeito, já independentemente dos próprios atores sociais: o mercado global naturalizou-se, como se fosse obra divina, como se a história, toda ela, fosse um caminhar para este sistema, predador como nunca houve outro. Há que romper com essa teleologia, mas isso implica também uma mudança radical de mentalidades: e estas não são, como nada é, autônomas, como se pudessem ser subitamente iluminadas pela luz da razão. Infelizmente o problema é bem mais complexo.

Uma perspectiva correta parte da teorização marxiana (alienação) e retrabalha-a para a compreender no conjunto da contemporaneidade (novas formas de alienação, novas formas de compreender como se constituiu a cisão do sujeito em múltiplos sentidos — o século XX estilhou os “sentidos inteiriços” que vinham do século anterior) após o surgimento da psicanálise freudiana-lacaniana, com todas as suas implicações filosóficas e políticas.

Esta opção decisiva no sentido correto, esta crença, ou atitude, ou ideologia — como se lhe queira chamar, que adopto, com os riscos inerentes a toda a decisão — é materialista dialéctica, pensa que o primeiro filósofo importante foi Platão, que a teorização cartesiana do ego foi fundamental para a descoberta do inconsciente por Freud, e que Hegel é o grande autor que supera o impasse kantiano em que a maioria dos pensadores se atolou e atola. Como explicam Badiou e Žižek, há uma linha que vem de Platão, passa por Descartes, continua com Hegel, e que é absolutamente oposta àquela que maioritariamente tem dominado a filosofia ocidental nas últimas décadas.

Ciente de que a violência do mundo (real e potencial) está do lado do capital, e que a violência é fundamentalmente imbecil e imbecilizante, uma perspectiva correta visa o culto da inteligência, do pensamento, da reflexão, da cultura e da educação, mas sempre no sentido emancipatório, participativo, não como um exercício de entretenimento ou de mera preparação técnica para a execução seja do que for. Valoriza a utopia. De nada vale, evidentemente, desprezar os outros por não terem tido acesso à cultura, à educação, à verdadeira visão crítica: antes importa uma atitude de generosidade a esse respeito (embora saibamos quanto o altruísmo é sempre uma forma de egoísmo...). Porém, não se trata de, miraculosamente, inventar um “ser humano novo” angélico e bondoso. Mas também não se trata de impor nada pela força. Trata-se sim de argumentar, mas de argumentar com persistência e com autocrítica, em todas as instâncias em que for possível intervir, assumindo as contradições próprias da dialéctica da realidade. A persistência é absolutamente fundamental.

A cultura é política, o conhecimento, desencantado dos encantos do mercado, é um exercício quotidiano de ascese mas também de júbilo: se o túnel tem saída, este é o único caminho.

Se o túnel em que estamos não tiver saída, então seremos todos liquidados a curto ou médio prazo e teremos assim sofrido a consequência de sermos a única espécie — entre os biliões de espécies que já existiram ou ainda vão subsistindo — tão inteligentemente estúpida, ou tão estupidamente inteligente, que destruiu a natureza e se destruiu a si própria.

Serei pessimista?... então fiquemos para ver.

Fevereiro de 2019, Loures

VIII

ORIGENS (2019)

Sou um ateu de formação cristã católica. Talvez me venha daí (da própria catequese e do *nonsense* do que aí me tentaram explicar) o interesse, que julgo profundo, pelo estudo das **origens**, o qual me levou para a pré-história, disciplina é uma forma muito diferente de investigação da história e da arqueologia em geral. As semelhanças são formais. A pré-história busca uma coisa mítica, a *archè*, a origem, o fundamento, como base para o entendimento. Percebendo que ela no plano cronológico não faz sentido (é impossível determinar o momento temporal — ainda por cima de acordo com a concepção linear do tempo cristão, que é uma concepção errada — do surgimento daquilo que de principal caracteriza o ser humano, escândalo da natureza, ser desadaptado, diferentemente do que crê o darwinismo e a ideologia continuista que hoje tem grande aceitação) apesar de tudo pode ser interessante discuti-la no plano lógico.

Ora é também uma certa forma de *archè* aquilo que a psicanálise procura. A psicanálise não é uma mera terapia, um ramo da medicina ou da biologia, como serão a psiquiatria ou a psicologia. Estão de costas voltadas. A psicanálise não visa reforçar o ego, colonizar o inconsciente, etc. — a psicanálise visa uma *archè* lógica e mítica, tal como a pré-história, só que neste caso primeiro que tudo a nível individual (senão caímos no abastardamento junguiano). A psicanálise é uma forma de conhecimento, com o seu método próprio. Assim como a um não “pré-historiador” a pré-história deve ser uma casa aberta ao seu raciocínio, assim a psicanálise (lacaniana, o resto não me interessa) é para mim exatamente a minha casa, no sentido de que as questões que ela procura são as que eu procuro também desde sempre (este “desde sempre” é mítico, porque é uma assunção retrospectiva, uma projeção de sentido linear a posteriori no que foi um caminho sinuoso).

Foi algures no passado que “eu” terei acontecido, ou seja, que a ilusão de eu ser eu se terá processado, em momentos diferentes, os quais, na pesquisa teórico-prática de Lacan (estudo filosófico e clínica) foram sendo sempre complexificados, através das três instâncias de realidade que ele considerou unidas num nó, o nó borromeano: o Imaginário, o Simbólico, e o Real. Dos três, o Real é o mais importante, mas não podia existir sem os outros dois, e o que se passou e passa no plano dos outros dois é fundamental, pois sem isso não poderíamos viver.

O essencial da psicanálise está na **disjunção do indivíduo**, entre um **eu** ou ego consciente, o que atua na vida de todos os dias, pautada pelo Simbólico e pela linguagem como fala vazia (o que dizemos uns aos outros e permite o decorrer funcional da sociedade), e uma realidade muito mais importante, o **sujeito do inconsciente**, de onde provém a capacidade da autoconsciência e do sentido ao nível consciente. Consciente e inconsciente estão em relação dialética: sem o segundo não havia vida humana, não havia ser humano. Como é que os dois se formam, concomitantemente, é uma investigação crucial, é realmente uma pré-história muito mais radical do que a primeira de que falei. Tendo sempre em atenção que há algo de irredutivelmente individual nesse processo (e daí o processo da transferência, da relação analítica) e de que a “cura” do “mal-estar psíquico” não consiste em trazer o inconsciente à consciência, isso é por definição impossível e sem sentido, mas na capacidade que cada um obtém de atingir uma fala cheia, ou seja, uma relação consigo (nós estamos sempre a falar, mesmo que inconscientemente) que percebe o sem sentido de uma *archè*, que passa a conviver bem com o seu sem-sentido, com o seu enigma pessoal, tal como é construído por si, pelo próprio analisando (o que se chama a “travessia do fantasma”, a assunção de que eu não sou nada de essencial, mas em última análise um ser vivo mediado pela linguagem, pela cadeia dos significantes).

Ora, na medida em que toda a vida humana é possibilitada pela linguagem — Lacan inspirou-se em Saussure e Jacobsen —, em que as regras da linguagem consciente se aplicam ao inconsciente (embora aí funcionem de forma diferente, própria, uma forma que altera de maneira muito interessante e complexa o jogo habitual da metáfora e da metonímia, ou seja, da sincronia e da diacronia), há evidentemente algo de trans-individual que permite a constituição da sociedade e do humano. Lacan foi buscar a Lévi-Strauss, por exemplo, a “lei” da proibição do incesto. Aqui temos, por exemplo, um tema transversal para a arqueologia pré-histórica, para a antropologia e para a psicanálise... pelo menos...

Então não era um colóquio ou congresso interessante, transdisciplinar, juntarem-se pessoas em torno destes temas, pessoas que pensem mesmo, e que queiram deixar os pequenos quintais das suas disciplinas e procurem realmente o saber?... não a *archè* seja do que for, mas a *archè*, talvez, do erro em que lá atrás a família, os amigos, e o ensino, os — nos — induziram, convencendo-os — convencendo-nos — a um estudo no qual continuam(os) alegremente muito distraídos... do essencial...

Como a vida podia ser rica e estimulante num mundo de gente realmente interessada em aprender, em conjunto... num mundo feliz, em que não andasse cada um a concorrer com cada qual, atrás da sobrevivência, da autoafirmação primária, do dinheiro, do poder, duma quantidade de coisas espúrias.¹¹

Fevereiro de 2019, Loures

¹¹ Bem sei, bem sei, posso dizer isto porque sou aposentado e cá vou vivendo, com tempo para ler e pensar...

IX

SUBJETIVIDADE, O ÚLTIMO REDUTO?... (2019)

Não me importa se a subjetividade humana, em toda a sua infinita complexidade, particularidade, poderá ser um dia replicada numa máquina, ou seja, numa base não orgânica. Simplificando, não me importa se um software extremamente singularizado, como é a subjetividade de cada indivíduo, pode ter algum dia um suporte (hardware) diferente do corpo humano.

Isso em nada muda a importância crucial do estudo e compreensão do psiquismo humano como o conhecemos, quer ao nível individual, da constituição da subjetividade, do sujeito cindido entre o eu (o ego) e o sujeito do inconsciente – facto agora óbvio, retrospectivamente óbvio, mas que só Freud começou a explicitar devidamente e Lacan desenvolveu corretamente, contra todas as deturpações abusivas que a psicanálise sofreu — quer ao nível coletivo, dado que a subjetividade e a intersubjetividade se constituem dialeticamente, uma em relação com a outra (nós não conseguimos ser — ou julgar ser — nós, sem ou outros, sem o Outro).

O que implica que a realidade é por assim dizer uma ilusão constituída por espelhos que se espelham noutros espelhos: e não há um Espelho soberano que reflita qualquer suposta realidade última, não há nenhum Pai que possua a Verdade última, não existe nada para além desta complexa realidade que tomamos por verdadeira, o mundo humano simbólico, e no qual, graças a essa ilusão, podemos viver e interagir.

Se isso é assim, de um ponto de vista filosoficamente materialista, em que não existe transcendência, mas “o transcendente” é apenas uma metáfora comum para o que não conseguimos simbolizar (isto é, expressar por qualquer linguagem, seja ela natural ou matemática, lógica, etc.), é evidente que a própria ciência, incluindo a ciência da computação, ou as ciências neurológicas, estão dentro do mundo humano do simbólico, não são suscetíveis, por definição, de atingir qualquer Verdade última que fosse a réplica ou substituta da religião (como parece ser para muitos, numa ingenuidade típica, a chamada filosofia espontânea dos cientistas).

Claro que estamos aqui num plano em que a compreensão lúcida de tal modo nega a nossa autoconsciência quotidiana, e de tal modo se opõe às crenças religiosas com que muitas pessoas tentam preencher o vazio das suas vidas — o vazio constitutivo da vida de cada um de nós — que é muito difícil de compreender (já não digo de aceitar) pela maioria das pessoas, e daí que a psicanálise (no sentido lacaniano) só em raros locais ou autores seja devidamente estudada, e sobretudo praticada e ensinada de uma forma rigorosa, tornando-se em muitos casos algo de esotérico, de fechado, como se do produto de uma “seita” se tratasse. O próprio Lacan advertiu bem para os perigos dos “saberes” do nosso tempo quando caracterizou criticamente o discurso do mestre, o discurso universitário, e o discurso capitalista. A realidade veio a dar-lhe cada vez mais razão.

Agnès Aflalo, psicanalista lacaniana francesa, fala-nos no seu livro “O Assassinato Falhado da Psicanálise”, de 2009 [“L’Assassinat Manqué de la Psychanalyse”, Nantes, Éditions Cécile Defaut] de um problema que se deu em França entre 2003 e 2004. Houve uma tentativa de regulamentar legislativamente as psicoterapias, por forma a liquidar a psicanálise, que na verdade é uma área que foge ao poder omnipresente do Estado, é subversiva. Jacques-Alain Miller, herdeiro “espiritual” de Lacan, encabeçou um movimento de defesa da

psicanálise contra esse ataque, provindo do cientismo cognitivo-comportamentalista (como se diz na contracapa do livro, a tentativa de “cognitivização forçada” da psicanálise).¹²

Importante pois travar esta domesticação e neutralização da psicanálise. Pois, como se diz na parte final da mesma contracapa do livro, que por comodidade cito aqui, e cuja leitura recomendo, a psicanálise lacaniana “é a única a acolher a singularidade dos que nela desejam encontrar-se na opacidade dos seus sintomas”.

Se as máquinas, o mais sofisticadas que a imaginação e o saber computacional possam conceber e criar, chegarão um dia a replicar o humano, na sua singularidade radical, ou seja, o campo da IA (Inteligência Artificial) nas suas ambições últimas, pouco me importa — é para já, à partida, um tema certamente de pesquisas muito dignas, importantes, respeitáveis, e altamente difíceis de perceber por mim, que não tenho formação nesse domínio.

O meu ponto de vista, o que defendo, não é um qualquer “humanismo” serôdio, ou espiritualismo encapotado, um ateísmo primário como qualquer outro (Deus com sinal -), mas uma enorme desconfiança em relação à medicalização da vida psíquica, à sua higienização, à obsessão perversa da **transparência**, em suma, em relação ao biopoder contemporâneo, que não cessa de crescer e de ser alimentado pela subsídio pública. Há algo de extremamente malsão na psiquiatria, que decorre do higienismo do século XIX, como em geral na psicologia que já Freud tentou superar (a ideia errônea e perigosa de que se trata de reforçar o ego, o eu, e de o normalizar para funcionar bem, confortável e seguro, na sociedade da competição capitalista), em suma, nas chamadas terapias cognitivo-comportamentais (TCC), as quais, do meu ponto de vista, claro, importa combater. Elas estão no coração da perversão capitalista, e essa epidemia, como a autora lucidamente a chama, invadiu a própria universidade. O problema central da humanidade está aqui: enquanto as subjetividades se mantiverem assujeitadas, não há qualquer tentativa emancipatória que vingue, por muito que se grite nas ruas (muitas vezes com razão, e até com efeitos pontuais positivos, é claro, mas numa lógica de remendos pontuais, ou de reivindicações parcelares, e não, claro, de qualquer embrião de ato emancipatório ou, de algum modo, revolucionário, o qual, hoje, como é evidente, praticamente saiu do nosso horizonte).

É preciso dizer que aquelas ideologias, práticas, ensinamentos, investigações a elas associadas são, sob o manto etéreo, diáfano, e socialmente prestigiante da **ciência** — que tão bem e tão mal tem feito à humanidade — uma forma moderna e pós-moderna de **obscurantismo**. Um obscurantismo policial, uma legalização do inconsciente, uma forma de tentar estender o **biopoder** tão bem caracterizado por Michel Foucault e outros, um modo de reforçar o **estado de exceção** tão lucidamente caracterizado por Giorgio Agamben.

Nesse sentido, respeito todas as investigações, mas que elas sejam sujeitas à contro-
vêrsia de um **verdadeiro ambiente cultural**, em que todos os saberes sejam parceiros com o mesmo estatuto de partida num debate verdadeiramente democrático, isto é, aberto ao contraditório, por mais radical que seja (desde que respeite as sadias maneiras do debate, e não desencadeie violência gratuita).

¹² Note-se que o prefácio do livro, com o qual em vários aspectos concordo, nomeadamente quando se fala da **ideologia da avaliação** aplicada ao ser humano e seus saberes (ideologia que hoje está implementada em todo o lado, nomeadamente nas universidades) é feito por um dos “novos filósofos” franceses com os quais normalmente não alinho mesmo nada (Bernard-Henri Lévy, um conservador)... mas, neste caso, se não me equivoco, terá razão, pois parece que a luta então desencadeada em prol da psicanálise foi crucial.

Eu sei que o que acabo de dizer não passa de uma utopia. Mas a utopia pode não ser apenas um inócuo delírio, produto da imaginação lírica de uns quantos. **A utopia, no seu sentido político, é potencialmente subversiva**, quer dizer, produtora de brechas de liberdade. Mas, perguntar-se-á quem me lê, precisamos de ser subversivos, para quê? Essa pergunta é já de si conservadora, acomodaticia, anti-emancipatória. Porém, então, pergunto: o saber não foi sempre subversivo?... será preciso referir Galileu, será preciso referir tantos que morreram vítimas de perseguições por pensarem diferente, tantos que foram queimados na fogueira dos obscurantismos de toda a espécie, ou desapareceram e desaparecem sem deixar rasto, em nome dos Significantes-Mestre de toda a ordem, dos interesses instalados de curto prazo?...

Será preciso por exemplo referir os numerosos abastardamentos que sofreu a psicanálise, a começar em Jung, a continuar na maior parte do que se pratica na terapia que deste domínio se reclama nos EU ou em certo grau também no RU, será preciso referir o constante estado de luta a que se viu e vê compelido o indivíduo lúcido para que a humanidade abandonasse, e hoje abandone, tanto erro, tanta superstição, tanta abominável alienação...? Não me refiro evidentemente às alienações constitutivas do humano, tal como a psicanálise as vê, mas às formas de alienação que Karl Marx teorizou para o seu tempo, seguido de uma plêiade de pensadores e ativistas, e Slavoj Zizek para o nosso (igualmente já prolongado por toda uma escola muito diversificada de estudiosos, que até teólogos de uma nova teologia, ateia, inclui)...

Essa luta não parou, nem parará nunca, e muito menos nos tempos atuais do estado de exceção como condição normal da política, reduzida à pura gestão e àquilo que tem familiaridade íntima com a política, ou seja, vigilância, repressão, exclusão, violência simbólica ou não, etc., que vai dos aspetos mais subtis (controlo a todos os níveis, novas modalidades de medo e angústia por parte dos chamados cidadãos, etc.) aos mais visíveis. Por exemplo, que formas de subjetividade levam ao aumento da violência doméstica mesmo nos países ditos mais cultos ou “civilizados”? Essa violência mais visível, a que se abate sobre as mulheres, inclusivamente com assassinatos por parte dos homens, é ou não apenas a ponta do icebergue, que inclui toda a casta de violência simbólica insuportável?... Como se diagnostica, e se legisla, em relação à violência intrínseca ao estado de exceção e às subjetividades cínicas ou subtilmente violentas, de um narcisismo não controlável pelos indivíduos (não são o narcisismo e a agressividade — não a agressão — duas facetas intrinsecamente constitutivas deste animal desadaptado que é o humano)?

Por que razão não há uma equação simples, direta, entre aumento da escolaridade e o aumento da qualidade de debate coletivo, de massa crítica, de contraditório, de bem-estar dentro da heterogeneidade, da interculturalidade, típica das sociedades contemporâneas? Por que razão os meios de comunicação social afinam quase todos pelo mesmo diapasão, ou seja, o fornecimento do pack futebol e seus derivados + telenovelas + casos de polícia + entretenimentos (tipo jogos de adivinha com prémios, etc., etc.) entendíveis todos eles por qualquer pessoa — portanto buscando primeiro que tudo o máximo de audiências e o aumento do lucro, o que significa afinar pelo nível mais elementar e primário?...

Por que razão tudo, até a cultura, se tornou diversão, entretenimento, evento, em suma e por outras palavras, por que cresce o embrutecimento, o alheamento de cada um em si e nos seus interesses particulares, um egoísmo levado a um ponto que se pode considerar antissocial, animalesco, verdadeiramente obsceno? Qual a máquina que fabrica estas novas formas de subjetividade? Movimentos pendulares entre depressão e histeria?... O diagnóstico

está feito, o mal-estar da civilização de que Freud falou tem hoje novos sintomas, novos diagnósticos exaustivamente feitos, mas apenas existe uma minoria muito minoria, aquilo a que se poderia chamar alguma Esquerda — digamos as coisas claramente, do meu ponto de vista é claro — a tentar imaginar qual poderia ser o fármaco para tão vasta, globalizada, epidemia. Porque de epidemia se trata, uma epidemia ética, para além de política, que constrói e prepara novas formas de subjetividade, que vão bem com a tecnologia da comunicação e informação, com a desterritorialização a todos os níveis, com o abandono dos jovens à sua sorte, com a fragmentação das identidades sem que se vislumbre formas de estabilizar processos de descontrolo por parte dos indivíduos em relação às suas vidas fluidas, enfim, com a desordem total em que medra esta hidra de sete cabeças (sete? ... infinitas cabeças) a que damos o nome de neoliberalismo, e que é a fonte de todos os populismos, racismos, xenofobias, violências, em suma, este mal-estar para com o Outro, tão habitual no ser humano, mas que seria suposto, numa sociedade mais saudável, mais feliz — embora sempre tensa, admitamo-lo — poder ser equilibrado, o que de todo no nosso mundo atual não é. Antes cresce, esse mal-estar. É deste ser doente que os especialistas da IA pretendem fazer réplicas sofisticadas com base não orgânica?... qual é o programa político dessas investigações, já que nada está fora da política, como modo de viver em conjunto?...

A importância da psicanálise começa precisamente aqui: ela, como o pensamento crítico e o debate inteligente, são as nossas únicas armas para combater formas assustadoras de subjetivação que a chamada “sociedade do conhecimento”, da comunicação, da informação, etc., forja a uma velocidade estonteante. Pare, escute e olhe, porque o comboio que há muito já está em movimento esmigalha tudo e todos.

Março de 2019, Loures